



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ACÓRDÃO

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL
Nº 526-58.2012.6.13.0136 – CLASSE 32 – CAMPANÁRIO – MINAS GERAIS**

Relatora: Ministra Laurita Vaz

Agravante: Coligação Respeito ao Povo

Advogados: Joyce Janine Figueiredo Ornelas Braz e outros

Agravado: Cirilo José da Silveira Costa

Advogados: Paulo Éster Gomes Neiva e outros

ELEIÇÃO 2012. REGISTRO DE CANDIDATURA. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. INELEGIBILIDADE. ALÍNEAS *d* E *h* DO INCISO I DO ART. 1º DA LC Nº 64/90, COM AS ALTERAÇÕES DALC Nº 135/2010. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. INSUBSISTÊNCIA DA CONDENAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO REGIONAL. INVIABILIDADE. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO ART. 275, II, DO CE. AUSÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO STJ. DESPROVIMENTO.

1. Inexistiu discussão, pela Corte *a quo*, a respeito de que o ora Agravado teria sido condenado por abuso de poder econômico e político, mediante captação ilícita de sufrágio e condutas vedadas aos agentes públicos. O tema padece da falta de prequestionamento.

2. Consigna o acórdão recorrido que não incide a hipótese de inelegibilidade previstas no artigo 1º, inciso I, alínea *d*, porque o processo foi extinto sem resolução de mérito pelo Regional, "por ausência superveniente de interesse recursal, diante da expiração dos mandatos impugnados, com a posse dos candidatos eleitos em 2008, e do transcurso do prazo de 03 (três) anos de inelegibilidade".

3. Mesmo que houvesse condenação do Recorrido, esta seria em âmbito de ação de impugnação a mandato eletivo (AIME), que não tem o condão de gerar a inelegibilidade prevista na alínea *d* do inciso I do art. 1º da LC nº 64/90, modificada pela LC nº 135/2010, o que está

em consonância com o entendimento firmado por esta Corte (AgR-REspe nº 641-18/MG, Rel. Ministra LUCIANA LÓSSIO, publicado na sessão de 21.11.2012).

4. Para modificar a conclusão da Corte Regional e aceitar a alegação de que o Agravado era detentor de cargo público, o que atrairia a inelegibilidade da alínea *h* do inciso I do art. 1º da LC nº 64/90, com redação dada pela LC nº 135/2010, seria necessário o reexame fático-probatório, tarefa vedada nesta instância (Súmulas 7 e 279 do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, respectivamente).

5. Inviável a pretensão de anular o acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional, pois cumpria à parte apontar ofensa ao art. 275, inciso II, do Código Eleitoral, o que não foi observado.

6. É inviável o agravo regimental que não traz argumento suficiente para infirmar aos fundamentos lançados na decisão agravada (Súmula 182 do STJ).

7. Agravo regimental desprovido.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em desprover o agravo regimental, nos termos das notas de julgamento.

Brasília, 5 de fevereiro de 2013.


MINISTRA LAURITA VAZ - RELATORA

RELATÓRIO

A SENHORA MINISTRA LAURITA VAZ: Senhora Presidente, trata-se de agravo regimental interposto pela COLIGAÇÃO RESPEITO AO POVO contra a decisão que negou seguimento a recursos especiais – da Coligação ora agravante e do Ministério Público Eleitoral –, fundamentada nos seguintes termos (fls. 456-458):

O Tribunal *a quo* deferiu o registro da candidatura do Recorrido por entender pela não incidência das hipóteses de inelegibilidade previstas no artigo 1º, inciso I, alíneas d e h, da LC nº 64/90. Transcrevem-se excertos essenciais do voto condutor do acórdão, *verbis* (fls. 368-369):

CIRILO JOSE DA SILVEIRA COSTA insurge [sic] contra a decisão que indeferiu seu pedido de registro de candidatura, por entender que não se encontra incurso nas hipóteses de inelegibilidades previstas no art. 1º, inciso I, alíneas "d" e "h", da Lei Complementar nº 64/90, ao contrário das alegações constantes da impugnação.

Para tanto, sustenta que: 1) a AIME nº 284/2004, em que houve a condenação em primeira instância, por abuso de poder econômico e político, foi julgada extinta, sem resolução de mérito, por este Tribunal, no julgamento do RAIME nº 675/2008, em sessão de 06/04/2009, não havendo que se falar em julgamento definitivo de mérito; 2) transcorreu o prazo de 3 (três) anos de inelegibilidade, previsto na redação anterior da LC nº 64/90, cujo termo inicial era a data das eleições de 2004; c) inaplicabilidade do disposto no art. 1º, I, "h", da LC nº 64/90, porque os fatos relatados na AIME não lhe foram imputados, mas apenas ao então prefeito e candidato reeleição.

Consta dos autos – cópia da sentença às fls. 45/59 (AIME nº 284/2004) – que Gerson Duarte, CIRILO JOSÉ DA SILVA COSTA, Inácio Geraldo Mesquita e Mauro Antônio da Silva, respectivamente, prefeito, vice-prefeito e vereadores, do Município de Campanário, tiveram os mandatos eletivos desconstituídos em virtude da prática de abuso de poder econômico e político, nas eleições de 2004; foram declarados inelegíveis, pelo prazo de 03 (três) anos; e condenados ao pagamento de multa.

Os recursos eleitorais por eles interpostos não foram conhecidos, por intempestividade (TRE. Acórdão nº 1.916/2006). A decisão foi parcialmente anulada pelo Tribunal Superior Eleitoral, considerando tempestivo o recurso aviado por Gerson Duarte e CIRILO JOSÉ DA SILVA COSTA,

M

mantendo o acórdão no tocante ao recurso interposto por Mauro Antonio da Silva e Inácio Geraldo Mesquita.

Prosseguindo o julgamento do primeiro recurso (RAIME nº 675/2008) – fls. 75/106, de Gerson Duarte e CIRILO JOSÉ DA SILVA COSTA, este Tribunal julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, por ausência superveniente de interesse recursal, diante da expiração dos mandatos impugnados, com a posse dos candidatos eleitos em 2008, e do transcurso do prazo de 03 (três) anos de inelegibilidade.

Nesse contexto, em vista da extinção do processo, sem resolução de mérito, por este Tribunal, ao julgar o recurso interposto em face da sentença que condenou CIRILO JOSÉ DA SILVA COSTA, não há como sustentar a persistência da condenação para os fins do art. 1º, I, "d", da Lei Complementar nº 64/90, com as alterações promovidas pela Lei Complementar no 135/2010.

Ademais, ressalte-se que, em consonância com a jurisprudência firmada acerca do tema "a incidência da causa de inelegibilidade prevista no art.1º, d, da LC nº 64/90, a condenação por abuso deve ser reconhecida pela Justiça Eleitoral por meio da representação de que trata o art. 22 da LC nº 64/90, não incidindo quando proferida em sede de (...) ação de impugnação a mandato eletivo" (TSE. AgR-RO nº 371470), caso dos autos.

Ainda, a causa de inelegibilidade disposta no art. 1º, I, "h", da LC nº 64/90, torna inelegíveis os "os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional", que "abusando dos poderes econômico ou político que defluem dos cargos que ocupam ou das funções que exercem, beneficiem a si próprios ou a terceiros no pleito eleitoral". Contudo, inobstante CIRILO JOSÉ DA SILVEIRA COSTA, candidato a vice-prefeito à época dos fatos, tenha sido condenado por abuso de poder econômico e político, a ação de impugnação ao registro de candidatura não menciona qual era o cargo ocupado pelo recorrente na administração pública direta, indireta ou fundacional, naquela ocasião.

Face ao exposto, **dou provimento ao recurso**, para deferir o pedido de registro sob apreciação. (grifos no original)

De início, destaca-se a ausência do prequestionamento da tese de afronta aos artigos 5º, XXXV, e 14, § 9º, da Constituição Federal, bem como no que tange às afirmações de que teria o Recorrido praticado abuso de poder econômico e político, mediante captação ilícita de sufrágio e condutas vedadas aos agentes públicos "consistentes na doação de lote público, blocos de cimento, areia para construção e reforma de imóveis, além de distribuição de alimentos após comício e boca de urna" (fl. 400), fundamentando-se a condenação no artigo 73 da Lei nº 9.504/97.

Tais matérias não foram debatidas pela Corte a quo neste processo, não obstante a oposição de embargos de declaração,



o que inviabiliza o conhecimento da insurgência especial, conforme dispõe as Súmulas 282 e 356 do STF.

Por outro lado, verifica-se que não incidem, de fato, no caso, as hipóteses de inelegibilidade previstas no artigo 1º, inciso I, alíneas d e h, da LC nº 64/90.

De acordo com o *decisum*, a condenação referida na alínea d do supracitado dispositivo não persiste em razão da extinção do processo, sem resolução de mérito, por aquele Regional. Também foi consignado no acórdão regional e deve ser aqui ressaltado que, de acordo com a jurisprudência deste Tribunal,

"a incidência da causa de inelegibilidade prevista no art. 1º, d, da LC nº 64/90, a condenação por abuso deve ser reconhecida pela Justiça Eleitoral por meio da representação de que trata o art. 22 da LC nº 64/90, não incidindo quando proferida em sede de (...) ação de impugnação a mandato eletivo" (TSE. AgR-RO nº 371470), caso dos autos. (fl. 369)

Ainda se depreende dos trechos transcritos do acórdão que somente consta a afirmação, feita pelo relator do *decisum*, de que não incidiria a causa de inelegibilidade disposta no artigo 1º, I, h, da LC nº 64/90, porque,

[...] inobstante CIRILO JOSÉ DA SILVEIRA COSTA, candidato a vice-prefeito à época dos fatos, tenha sido condenado por abuso de poder econômico e político, **a ação de impugnação ao registro de candidatura não menciona qual era o cargo ocupado pelo recorrente na administração pública direta, indireta ou fundacional, naquela ocasião.** (grifo nosso)

Para chegar à conclusão diversa e analisar a alegação de "o conjunto probatório apresentado nos autos demonstra inequivocamente que o Recorrido era detentor de cargo público" (fl. 402), **necessário seria o reexame fático-probatório, tarefa vedada nesta instância (Súmulas 7 e 279 do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, respectivamente).**

Ante o exposto, com fundamento no artigo 36, § 6º, do RITSE, NEGO SEGUIMENTO aos recursos especiais.

O Agravante sustenta que, ao contrário do que afirmado na decisão agravada, não se faz necessário o reexame fático-probatório para concluir que o ora Agravado, quando condenado por abuso de poder político e econômico, era agente político, visto que "fora condenado por conduta capitulada no art. 73 da Lei nº 9.504/97, ou seja, nas Condutas Vedadas aos Agentes Públicos, o que de pronto configuraria o exercício de cargo público" (fl. 463).

Reitera, ainda quanto ao ponto, ter havido negativa de prestação jurisdicional da Corte Regional, mesmo tendo sido opostos embargos declaratórios ao *decisum*, resultando na violação ao art. 5º, XXXV,

M

da Constituição Federal, de modo que “há se reconhecer a nulidade do acórdão *a quo* ou, *ad argumentandum tantum*, a possibilidade de reavaliação da prova” (fl. 463, grifos no original).

Afirma, *verbis* (fl. 464):


[...] tendo sido o Agravado condenado em prática de abuso de poder econômico e político, mediante captação ilícita de sufrágio e condutas vedadas aos agentes públicos, nos termos do Art. 14, § 10 e § 11 da Constituição Federal da República, c/c aos Arts. 41-A e Art. 73, I, II, III e IV da Lei 9.504/97 (conduta vedada aos agente [*sic*] públicos), e, sendo inconteste que o Tribunal Regional Eleitoral se recusou a examinar o óbvio, mesmo que provocado para tanto, cabe a este excelso Sodalício reconhecer que o Agravado teve negado seu direito à prestação jurisdicional.

Pede, assim, o provimento do agravo regimental para que se reforme a decisão e seja provido o especial.

É o relatório.

VOTO

A SENHORA MINISTRA LAURITA VAZ (relatora): Senhora Presidente, o Agravante não trouxe argumento capaz de infirmar os fundamentos lançados na decisão agravada. Limita-se a repetir as razões do recurso especial, reiterando que o ora Agravado fora condenado em 2004 pela prática de “abuso de poder econômico e político, mediante captação ilícita de sufrágio e condutas vedadas aos agentes públicos” (fl. 461), com base no art. 73 da Lei nº 9.504/97.

Entretanto, como dito na decisão da qual ora se agrava, não houve discussão, pela Corte *a quo*, a respeito de tal tema, que padece da falta de prequestionamento. O acórdão regional afirmou apenas que não incidem, no caso, as hipóteses de inelegibilidade previstas no artigo 1º, inciso I, alíneas *d* e *h*, da LC nº 64/90. 

A uma, por causa da extinção do processo, sem resolução de mérito, por aquele Regional, "por ausência superveniente de interesse recursal, diante da expiração dos mandatos impugnados, com a posse dos candidatos eleitos em 2008, e do transcurso do prazo de 03 (três) anos de inelegibilidade" (fl. 369).

A duas, porque, segundo o voto condutor do acórdão, mesmo que houvesse condenação do Recorrido, esta seria em sede de ação de impugnação a mandato eletivo (AIME), que não tem o condão de gerar a pretensa inelegibilidade. Repita-se que o acórdão regional está, quanto ao ponto, em consonância com o entendimento desta Corte, senão vejamos.

Nas eleições de 2010, esta Corte Superior entendeu, por ocasião do julgamento do RO nº 3128-94/MA, da relatoria do Ministro HAMILTON CARVALHIDO, publicado na sessão de 30.9.2010, que a hipótese de inelegibilidade prevista na alínea *d* do inciso I do art. 1º da LC nº 64/90, com as alterações introduzidas pela LC nº 135/2010, refere-se exclusivamente à representação de que trata o artigo 22 da Lei de Inelegibilidade. Eis a ementa do referido julgado:

ELEIÇÃO 2010. RECURSO ORDINÁRIO. LEI COMPLEMENTAR Nº 135/2010. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL. NÃO INCIDÊNCIA. CAUSA DE INELEGIBILIDADE (ARTIGO 1º, I, *d*, LC Nº 64/90) RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA.

As causas de inelegibilidade, no que convergem a doutrina e a jurisprudência, são de *ius strictum*, não comportando interpretação extensiva nem aplicação analógica.

A hipótese da alínea *d* do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64/90, modificada pela Lei Complementar nº 135/2010, refere-se exclusivamente à representação de que trata o artigo 22 da Lei das Inelegibilidades.

Recurso ordinário desprovido. (sem grifo no original)

No mesmo sentido, o AgR-RO nº 3714-50/MG, Rel. Ministro MARCELO RIBEIRO, *DJe* 15.4.2011:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO. REGISTRO DE CANDIDATURA. VERIFICAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INELEGIBILIDADE. ART. 1º, I, , DA LC Nº 64/90. NÃO CONFIGURAÇÃO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

M

SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS. INOCORRÊNCIA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. ART. 1º, I, *d*, DA LC Nº 64/90. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ABUSO APURADO EM SEDE DE AIME. DESPROVIMENTO.

[...]

3. Conforme assentado por esta Corte nos autos do RO nº 3128-94/MA, para que haja a incidência da causa de inelegibilidade prevista no art. 1º, I, *d*, da LC nº 64/90, a condenação por abuso deve ser reconhecida pela Justiça Eleitoral por meio da representação de que trata o art. 22 da LC nº 64/90, não incidindo quando proferida em sede de recurso contra expedição de diploma **ou ação de impugnação a mandato eletivo**, hipótese dos autos.

4. Agravo regimental desprovido. (sem grifo no original)

Nas eleições de 2012, no julgamento do AgR-REspe nº 641-18/MG, da relatoria da Ministra LUCIANA LÓSSIO, publicado na sessão de 21.11.2012, esta Corte reforçou o entendimento de que somente se aplica a hipótese de inelegibilidade em comento em representação de que trata o art. 22 da LC 64/90, *verbis*:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ELEIÇÕES 2012. REGISTRO DE CANDIDATURA. DEFERIMENTO. VEREADOR. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. AIME. INELEGIBILIDADE. ART. 1º, I, *d*, LC Nº 64/90. DESPROVIMENTO.

1. Segundo entendimento consolidado desta Corte, a condenação por abuso de poder deve ser reconhecida pela Justiça Eleitoral por meio da representação de que trata o artigo 22 da LC nº 64/90, qual seja, ação de investigação judicial eleitoral, e não ação de impugnação de mandato eletivo.

2. O agravado foi condenado por abuso do poder econômico em ação de impugnação de mandato eletivo, o que afasta a inelegibilidade do art. 1º, I, *d*, da LC nº 64/90.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (sem grifo no original)

Veja-se, no mesmo sentido, a decisão monocrática no REspe nº 67-50/BA, relatora Ministra LUCIANA LÓSSIO, publicada na sessão de 30.10.2012.

A três, e por último, ainda segundo o *decisum*, não foi mencionado, na ação de impugnação ao registro de candidatura, qual seria o cargo ocupado pelo Recorrido na administração pública na época em que era candidato a vice-prefeito, quando os fatos ocorreram.



Além disso, repita-se, para modificar a conclusão da Corte Regional e aceitar a alegação de que o Agravado era detentor de cargo público, seria necessário o reexame fático-probatório, tarefa vedada nesta instância (Súmulas 7 e 279 do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, respectivamente).

Quanto à alegação de nulidade do acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional, entendo que, igualmente, não merece prosperar. **Cumpra à parte apontar ofensa ao art. 275, inciso II, do Código Eleitoral a fim de que, constatado eventual equívoco legal, fosse anulado o aresto lavrado pelo Tribunal Regional e realizado novo julgamento dos embargos de declaração.** O Recorrente, ora agravante, todavia, não observou essa formalidade, consoante se observa da leitura da peça recursal, porque não houve particularização de afronta ao mencionado dispositivo.

Nem se diga que a oposição de recurso integrativo redundaria em prequestionamento, pois é inviável, em sede de recurso especial, a apreciação de tema que não tenha sido discutido à exaustão pela Corte Regional. Incide na espécie o entendimento consolidado nas Súmulas 211 do Superior Tribunal de Justiça e 282 do Supremo Tribunal Federal, respectivamente, *in verbis*:

Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

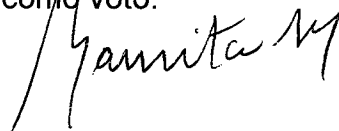
Tenho que incide, assim, na espécie a Súmula 182 do STJ:

Para que o agravo obtenha êxito, é necessário que os fundamentos da decisão agravada sejam especificamente infirmados, sob pena de subsistir sua conclusão.

Nesse sentido: AgRgAg nºs 5.720/RS, Rel. Ministro LUIZ CARLOS MADEIRA, julgado em 14.6.2005, DJ 5.8.2005; 5.476/SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, julgado em 10.3.2005, DJ 22.4.2005.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental.

É como voto.



EXTRATO DA ATA

AgR-REspe nº 526-58.2012.6.13.0136/MG. Relatora: Ministra Laurita Vaz. Agravante: Coligação Respeito ao Povo. (Advogados: Joyce Janine Figueiredo Ornelas Braz e outros). Agravado: Cirilo José da Silveira Costa (Advogados: Paulo Éster Gomes Neiva e outros).

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, desproveu o agravo regimental, nos termos do voto da relatora.

Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Presentes as Ministras Nancy Andrighi, Laurita Vaz e Luciana Lóssio, os Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Henrique Neves da Silva, e o Procurador-Geral Eleitoral, Roberto Monteiro Gurgel Santos.

SESSÃO DE 5.2.2013.